

EDUCAÇÃO, MODERNIDADE E PESCA ARTESANAL: UMA ANÁLISE NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE BOM DESPACHO, ILHA DE ITAPARICA – BA.

Daniele Freire Procópio

Universidade do Estado da Bahia – UNEB dfp1986@gmail.com

INTRODUÇÃO

A comunidade pesqueira de Bom Despacho, Ilha de Itaparica- BA, surge enquanto espaço investigativo quando observado em 2010 que a mesma vem passando por processos profundos de modificação no seu modo de realizar o manejo da pesca ocasionando problemas não só de ordem ambiental, mas também social, econômico e identitário, pois o problema da pesca predatória ultrapassa os limites das “tradicionalistas” questões ambientais consolidando-se em um cenário de degradação da condição humana. Na região a pesca com bomba tem sido um dos agravantes quando tratamos das condições socioeconômicas, culturais e ambientais desta comunidade pesqueira.

Sendo assim, esta pesquisa nasce no mestrado, da importância de se compreender e de se refletir sobre a relação entre a preservação da memória dos povos que possuem estreito relacionamento com a terra e valorização da cultura, compreendendo a educação como mote nesse processo de afirmação de uma identidade laboral ligada à vida. A pesquisa propõe um estudo nas escolas municipais da comunidade pesqueira de Bom Despacho, Ilha de Itaparica-BA tendo como enfoque educandos da Educação de Jovens e Adultos que atuam como pescadores artesanais e ou possuem familiares que vivem da pesca.

Objetiva-se analisar que conhecimentos e práticas incorporados ao currículo escolar colaboram na preservação dos saberes das comunidades pesqueiras, os efeitos da “modernagem”, expressa da obra de Castellucci e Blume (2013) nessa comunidade e como a educação pode contribuir para a tomada de consciência dos pescadores para importância da memória cultural para a sobrevivência da identidade plural da comunidade, organização local e alteridade de seus membros, pois o alto índice de analfabetismo entre os pescadores pode ser o vetor para essa permeabilidade que esmaga e subjuga o pescador artesanal o tornando cada vez mais suscetível a adesão a um modo de vida distante do seu e que é introjetado de forma compulsória nessas comunidades. Nesse cenário, a educação emerge como instrumento de luta social na reafirmação da tradição para fomento do processo reterritorialização, mesmo o capitalismo ditando o ritmo da sociedade e nas comunidades o sentido/ritmo de vida sendo outro.

METODOLOGIA

A pesquisa parcialmente delineada tem início com a fase exploratória a partir da escolha dos descritores que irão condicionar e sustentar a pesquisa, que são território, territorialidades, currículo e educação de pescadores. Em seguida está sendo realizado todo o levantamento da história da arte com base nesses descritores. A pesquisa é qualitativa e trata-se de um estudo

de caso, definida por André e Ludke (1986, p.17) como o estudo de “[...] uma unidade dentro de um sistema amplo”.

Durante a pesquisa de campo serão realizadas entrevistas junto aos pescadores/estudantes da Educação de Jovens e Adultos que atuam como pescadores artesanais e ou possuem familiares que vivem da pesca na comunidade pesqueira, para se buscar compreender como o currículo da escola dialoga com a realidade local. Para Minayo (1994) o campo é uma delimitação que o pesquisador faz para demarcar os limites territoriais de sua pesquisa. Também serão realizadas entrevistas com a comunidade escolar (professores da EJA e corpo pedagógico da escola), bem como será realizada observação direta na comunidade pesqueira e nas escolas, para coleta de dados.

Em seguida será realizada a análise dos dados coletados que pressupõe organizar de maneira sistemática todos dados adquiridos durante a pesquisa, “os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e demais informações disponíveis” (ANDRÉ; LUDCKE, 1986, p.45).

Busca-se durante a pesquisa de campo dar voz aos sujeitos, valorizando as suas histórias e memórias enquanto fonte de dados e investigação (BOURDIE, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A IMPORTANCIA DA MEMÓRIA CULTURAL PARA AS COMUNIDADES LITORÂNEAS E RIBEIRINHAS

A Ilha de Itaparica fica a 45 minutos de Salvador e possui um sistema de transporte marítimo, que liga o Terminal de São Joaquim, em Salvador, ao de Bom Despacho, na Ilha. Mais precisamente a praia dos búzios, fica a 5 minutos de Bom Despacho e é constituída por uma pequena praia que possui um quebra mar de proteção ao complexo ferry boat, possui bancadas de corais e uma grande variedade na fauna marinha.

Na região uma das problemáticas já identificadas é a pesca com bomba, pois a atividade tem trazido diversos impactos ambientais de natureza biológica e econômica/sociais para a comunidade. Os bombistas utilizam como argumentos para a prática de pesca com explosivos, o aumento da produtividade do pescado, o aumento da renda familiar e a ausência de financiamento para atividades pesqueiras.

Para Castellucci e Blume (2016) as populações litorâneas e ribeirinhas nas últimas décadas passaram por um processo de desterritorialização e destruição dos seus ambientes de memória, trabalho, cultura e organização. Assim, as dificuldades enfrentadas por essas populações emergem no cenário brasileiro como o preço que o progresso esteve disposto a pagar para se inserir nas demandas do mundo globalizado, pois junto com o represamento das águas, a especulação imobiliária e os ventos da “modernagem” (CASTELLUCCI, BLUME 2013), as histórias, memórias e modos de vida que dependiam da relação estabelecida com o território, agora se encontram em grande maioria submersos ou devastados.

Os pescadores se relacionam com o mundo do trabalho de forma diferenciada da lógica urbana, sendo direcionados pela natureza e seus condicionantes. Porém, mesmo na atualidade essa classe laboral ainda é vista enquanto destituído de classe. (CASTELLUCCI; BLUME, 2013) Para Araújo (2011) o insucesso na aplicabilidade das políticas públicas para a pesca pode estar ligado ao alto índice de analfabetismo que atualmente perfaz 56.218 pescadores.

Trabalhar com essas comunidades requer a valoração da memória desse povo, onde suas vozes, antes silenciadas pela história hegemônica urbana, serão ouvidas e as suas histórias orais evidenciadas enquanto fonte de conhecimento, sendo a memória a fonte da história oral (CASTELLUCCI; BLUME, 2013). Quando tratamos da memória enquanto fonte de investigação o pesquisador deve se despir de prenoções (BOURDIE, 2007) estabelecidas pela história original e compreender que diversas temporalidades e demarcações irão organizar os acontecimentos históricos expressos, subjetividades virão à tona junto com a história oral o que não a destitui de confiabilidade. Nessa ação o passado é rememorado e o presente decodificado (CASTELLUCCI; BLUME, 2013).

Na atualidade, vivemos condicionados pelo consumo imediato e essas comunidades sentem diretamente os impactos desse modo de organização que os esmaga e destrói o território onde se organizam social, cultural, laboral e historicamente. O que acarreta em mudanças drásticas nas práticas de manejo, na identidade e memória desses pescadores (CASTELLUCCI; BLUME, 2017), desvalorizando a cultura popular (HALL, 2003) e fazendo com que essas populações precisem se adequar ao modo de vida capitalista (CASTELLUCCI, BLUME 2017).

Para Giddens (2002), a modernidade rompe com a tradição, deixando o indivíduo num estado de solidão e insegurança devido à separação do tempo e espaço, o desencaixe das instituições sociais e a flexibilidade institucional. A separação do tempo e espaço influi nos acontecimentos antes restritos aquele território, gerando o desencaixe das instituições que passam a ser influenciadas e influenciarem nas mudanças sociais. A flexibilidade institucional onde as práticas sociais são modificadas a partir da gama de novas informações sobre essas mesmas práticas, assim onde as três fundam a compreensão entre a tradição e modernidade. Mesmo assim, essas comunidades ainda resistem aos processos de desterritorialização e de marginalização oriundos da modernização.

Castellucci e Blume (2013) traz na sua obra o conceito de “Modernagem” quando o termo é utilizado pela comunidade de pescadores de Tairú para expressar as mudanças que começam a acontecer com a construção de vias que facilitaram o acesso a Ilha de Itaparica – Ba. O autores expressam que o contato com outras formas de organização cultural e social fez com que os pescadores artesanais “decodifiquem signos, incorporando seletivamente, rejeitando ou reelaborando elementos de uma cultura distinta da deles” (CASTELLUCCI; BLUME, 2007, p.48). Inclusive a “moral do trabalho” (2007, p.48) passou por uma perda ou ressignificação dos seus sentidos e valores para manejar, utilizar e conservar de maneira sustentável os recursos oferecidos pelo meio ambiente.

Nessas comunidades o território (SANTOS, 1998) é conhecimento e os processos de desterritorialização (CASTELLUCCI; BLUME, 2016) não só traz mazelas ao meio ambiente como também altera a vida das pessoas que continuam nos seus espaços de resistência, pois a memória desse povo está vinculada ao uma “ética do sistema de posse da terra” (RAMALHO, 2007, p.30) que se baseiam nas tradições, costumes e em laços de pertencimento, logo de luta e sobrevivência, organizando e orientando a apropriação do ambiente pesqueiro (CORDELL, 2001 apud CASTELLUCCI; BLUME, 2017). Laços que nos momentos de reafirmação da comunidade é que irão gerar redes de solidariedade e cooperação frente aos problemas que afetam as comunidades e que são gerados pela globalização, pois pertencer a um grupo significa, dentre outras coisas, partilhar elementos que lhe são comuns. (CASTELLUCCI; BLUME, 2017).

Tomados por experiências diversas, os sujeitos ressignificam o presente a partir das suas experiências passadas condicionado pela “modernagem”, sendo esta impregnada da

representação que cada um faz dos seus efeitos e do processo de reterritorialização. É notório afirmar que o conhecimento que os pescadores tradicionais têm sobre a biodiversidade ajuda na sua preservação (GADOTTI, 2000). Certamente o diálogo entre desenvolvimento econômico e preservação se apresenta como o desafio da contemporaneidade (CASTELLUCCI; BLUME, 2013), pois a modernidade dialoga com a degradação ambiental.

Pensar intervenções educacionais nas comunidades requer um diálogo com os pescadores, pois a maioria das intervenções realizadas pelas ações públicas não dialoga com os territórios da pesca, trazendo mudanças catastróficas que ameaçam a sobrevivência da pesca artesanal, pois traz danos ao ambiente ictiofaunístico, exaurindo os recursos pesqueiros e prejudicando o modo como a pesca se organiza e a sua sobrevivência. Projetos são importantes, porém precisam dialogar com essas populações. “[...] é preciso pensar nas consequências sociais que os grandes projetos de intervenção, em áreas de preservação ambiental, podem provocar na vida das populações litorâneas e ribeirinhas do Brasil na atualidade” (CASTELLUCCI; BLUME, 2013, p.10).

No contexto da modernidade a educação se firma como forma de resistência ao sistema capitalista, se constituindo como força contra aos padrões instituídos pela modernidade. Ela se organiza como resistência na luta das classes populares pela emancipação. É sabido que os altos índices de analfabetismo entre os pescadores dificultam a gestão dos recursos pesqueiros, a organicidade da pesca e a sobrevivência dessa atividade no seu diálogo não tão dialógico com as intervenções da modernidade. Nesse contexto a região nordeste é a que possui o maior número de pescadores artesanais e trabalhadores da pesca perfazendo 414.756, destes aproximadamente 142.262 são analfabetos (ARAÚJO, 2011). Os altos índices de analfabetismo e falta de qualificação assolam a realidade dos pescadores tradicionais, aquicultores familiares e comunidades costeiras e continentais (BRASIL - PESCANDO LETRAS, 2005). Assim, possíveis intervenções educacionais devem considerar a sua essência ligada a sua cultura, costumes e a relação com o meio ambiente.

O currículo deve surgir das demandas do povo, pois este é maior material que o educador tem para elaborar os processos de intervenção, aproximação e emancipação na sociedade de classes. Assim, para os pescadores artesanais esta se constitui como mecanismo de mobilização e organização social e política dentro das comunidades litorâneas e ribeirinhas, na luta contra a não homogeneização dos seus valores e cultura. “Um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia baseada no profundo respeito pelo senso comum” (GADOTTI, p.14, 2012).

De acordo com o MEC (2001), quando referenciamos a educação de jovens e adultos, trazer para o âmbito da sala de aula a cultura local é imprescindível, os discentes compreendem a importância do seu papel social enquanto membro da comunidade tradicional e quando despertado esse pertencimento, o modo como eles irão atuar no mundo se tornará mais significativo, é necessário despertar no educando a consciência de que o retrato da sua cultura não hegemônica não se trata de algo negativo e que a identidade brasileira é composta da pluralidade cultural dos povos que pertencem a sociedade como um todo. O papel da educação é não tratar de modo genérico questões de complexidade organizacional humana, pois a pluralidade cultural é um patrimônio da sociedade brasileira que deve ser mantido “como um valor constitutivo da democracia.” (MEC, 2001, p188)

Como explicita Freire (1997, p. 41): “Na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora”. Sendo assim, é necessário que a formação de pescadores valore essa perspectiva emancipatória, enquanto

local de resistência na luta dos pescadores e pescadoras, devendo estar comprometida com as perspectivas da Educação Popular durante as intervenções junto às comunidades, dialogando com as lideranças e numa relação dialógica de aprendizagem mútua fortalecer a identidade cultural e profissional desse povo, fazendo com que os mesmos participem efetivamente da vida da e na comunidade. “O que imprime o caráter de “popular” é o fato de esse programa ou movimento colocar-se a serviço das classes subalternas; estar ao lado das populações oprimidas em suas lutas de libertação. “(FAVERO, 2006, p. 266)

Busca-se, então, por intermédio da educação que é um ato eminentemente político, logo, impossível de ser neutra, como defendia Paulo Freire (1996): o desenvolvimento da postura crítica dos alunos possibilitada por meio do trabalho docente interdisciplinar, que possibilite a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade, a fim de formar cidadãos mais ativos democraticamente. Sendo assim “Trata-se de integrar todas as dimensões da vida material e espiritual - social, política, cultural, ambiental, econômica, interagindo com as relações de gênero, raça, etnia e geração”. (ADAMS, 2005, p. 3)

Segundo Paulo Freire (1996), o professor deve se assumir como ser ético, para que sua prática traduza sua essência, pois o seu discurso não pode ser diferente da sua prática, com o objetivo de que mais do que nunca, possa promover e instaurar a “ética universal do ser humano” (FREIRE, 1996, p. 9) que é indispensável à convivência humana. Sendo assim, pensar a educação e formação de pescadores “se deve a perspectiva de possibilitar o enfrentamento dos problemas referentes à melhoria das condições de vida e dignidade dos pescadores e suas famílias” (ARAÚJO, 2011, p.97).

CONSIDERAÇÕES

Evidencia-se nesse primeiro momento da pesquisa que a desterritorialização sem a ressignificação dos espaços e a dialogicidade gera a perda da identidade e eliminação do modo como às comunidades litorâneas e ribeirinhas se organizam. Nesse processo há uma dinâmica da reconstrução dos significados, onde a diversidade é vista como efeito de alteridade e ampliação das áreas de compreensão. Assim, se educa para compreender o sentido da identidade do outro, pois os sujeitos são expressão da coletividade.

É necessário que ações educacionais, busquem efetivar ações que consolidem as comunidades pesqueiras da região, e que as práticas educacionais aplicadas dialoguem com a realidade local e os capacitam para ampliar os seus conhecimentos sem que os mesmos se afastem das características que os constituem enquanto pescadores tradicionais e comunidade litorânea. Busca-se ainda fomentar a união e o espírito de coletividade dentro de alguns segmentos da comunidade. Assim, a educação assume um papel fundamental na sobrevivência desses povos.

Quando a intervenção educacional é feita através de uma práxis pedagógica pautada numa teoria crítica do currículo, é possível acordar as pessoas para a luta social, essencial para a não homogeneização imposta pelas relações neoliberais estabelecidas na sociedade capitalista, fomentando a organização local através do pertencimento, acordando os pescadores artesanais para a importância da sua cultura, enquanto fonte mantenedora da sobrevivência da comunidade e do meio ambiente, pois essas pessoas dialogam de forma diferenciada com o território.

Maiores considerações somente serão explicitadas quando a pesquisa de campo junto a comunidade escolar for iniciada, pois nessa etapa o currículo da escola, o projeto político

pedagógico e as entrevistas junto aos pescadores e familiares/estudantes de pescadores e da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Desafios da Educação Popular frente aos processos de exclusão social.** GT:06 UNISINOS, Anped., 2005.

ARAÚJO, Silva Cordeiro. **Pescando Letras: diálogos interdisciplinares entre a educação ambiental e a alfabetização de jovens e adultos no contexto da pesca artesanal.** Centro de Desenvolvimento, Sustentável: Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia.** 6. ed. Petrópolis: Vozes Editora, 2007.

BRASIL, MEC. **Programa pescando letras: proposta pedagógica para a alfabetização de pescadores e pescadoras profissionais e aquicultores e aquicultoras familiares.** Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR, 2005.

CASTELLUCCI, Wellington; BLUME, Luiz Henrique. **Populações Litorâneas e Ribeirinhas na América Latina: estudos interdisciplinares.** v.1. Salvador, EDUNEB, 2016.

CASTELLUCCI, Wellington; BLUME, Luiz Henrique. **Populações Litorâneas e Ribeirinhas na América Latina: estudos interdisciplinares.** v.2. Salvador, EDUNEB, 2017.

CASTELLUCCI, Wellington; **Pescadores da modernagem: experiências e trajetórias nos diversos tempos da vila de Tairú – Itaparica (1960-1990).** Revista História Oral, v. 16, n. 2, p. 27-53, jul./dez. 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra.** 5ª ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade.** Tradução de Raul Fiker – São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais.** Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2003.

Ludke Menga, André, Marli. 1986. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo, EPU.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Ah, esse povo do mar: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana.** Campinas, SP: Ceres-Unicamp; São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura, **Território: Globalização e Fragmentação.** Ed.4 São Paulo: Hucitec, 1998.